



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 26

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA TREZE DE DEZEMBRO DE DOIS
MIL E DEZASSETE. -----

----- Aos treze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezassete, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os **Senhores Vereadores, Marco Filipe Barreiros Pires, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Bruno Alexandre Croca Brites.** -----

- **Período antes da Ordem do Dia:** Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Calado Chuço** foi referido o seguinte assunto: -----

JACINTOS DE AGUA - À semelhança de outras regiões, atualmente o nosso principal curso de água ribeira da Raia, está confrontado com um flagelo ambiental, principalmente no Açude do Furadouro, existe uma cobertura total das águas pelos jacintos de água, uma planta invasora que pode comprometer a fauna e a flora. -----

As massas de jacintos por serem contínuas nas superfícies das águas constitui um perigo para os ecossistemas, uma vez que impossibilita a entrada de luz solar nas águas, a oxigenação das mesmas, bem como impossibilita a utilização das águas para práticas desportivas, potenciando o desenvolvimento de colónias de mosquitos, susceptível de poder ser foco de doenças. -----

Com as baixas temperaturas que se fizeram sentir nos últimos dias a maior parte dos jacintos encontram-se quase secos, e com o seu ciclo vegetativo adormecido, mas embora secos continuam a asfixiar as águas. -----

Um problema que tem vindo a preocupar muitas pessoas e Associações. -----

Sabe-se que as cheias minimizavam este problema, mas até que estas surjam, torna-se urgente proceder á remoção dos mesmos e proceder ao seu controlo e prevenção. -----

Sei que não é competência da Câmara, mas sugiro que em conjunto possamos tentar ver como se pode minimizar o problema. -----

Pelo **Senhor Presidente Luís Simão Duarte de Matos**, foi dito que já tinha conhecimento da situação e que a Câmara iria tomar as devidas providências dentro das suas possibilidades e competências. -----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.-----

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: EMISSÃO DE CERTIDÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando do requerimento apresentado pelo Sr. **Joaquim João Marques**, pedindo deferimento para a emissão de certidão comprovativa de que o seu prédio inscrito na matriz predial rústica de Mora sob o n.º 93 secção A da freguesia de Mora se situa na Avenida do Fluvialário (anteriormente designada como Estrada de Pavia). -----

Requer ainda que seja certificado que do referido prédio foi ocupada a área de 0,0325 ha, devido à abertura e construção da Rua de Angola em conformidade

com levantamento topográfico que se junta à presente informação. -----

Consultando a caderneta predial, a planta cadastral e após análise no local, confirmo que uma faixa do prédio foi ocupada pela construção da Rua de Angola, ocupando a área indicada no levantamento topográfico integrando o domínio público municipal, não se encontrando em arquivo qualquer documentação de suporte desta intervenção. -----

Neste sentido venho propor a emissão de certidão comprovativa que o prédio inscrito na matriz predial rústica de Mora sob o n.º 93 secção A da freguesia de Mora se situa na Avenida do Fluviário em Mora e que do mesmo foi ocupada uma faixa com 0,0325 ha para construção da Rua de Angola. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo os pedidos, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: GRUPO DESPORTIVO DE PAVIA - EQUIPA DE ATLETISMO - PROPOSTA ATRIBUIÇÃO SUBSÍDIO:** Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora** é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 14 e 15. -----

Face à solicitação do **Grupo Desportivo de Pavia**, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de **2.500,00€, dois mil e quinhentos euros** à sua equipa

de Atletismo destinado a apoiar a época desportiva 2017/2018. O subsídio será pago em duas tranches de **1.250,00€** cada, sendo a primeira tranche atribuída logo que possível e a segunda em Março de 2018. -----

A **Câmara Municipal** manifestou o seu acordo com a proposta apresentada e deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de **2.500,00€, dois mil e quinhentos euros** à equipa de **Atletismo do Grupo Desportivo de Pavia**, destinados a apoiar a sua época desportiva 2017/2018, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

Mais foi deliberado por unanimidade que o subsídio seja pago em duas tranches de **1.250,00€** cada, sendo a primeira tranche atribuída logo que possível e a segunda em Março de 2018. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em Dotações Orçamentais no valor de **1.816.248,51€, um milhão oitocentos e dezasseis mil duzentos e quarenta e oito euros e cinquenta e um cêntimos,** e Dotações não Orçamentais no valor de **66.244,02€, sessenta e seis mil duzentos e quarenta e quatro euros e dois cêntimos.** -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro,

no valor de **1.019,89€ mil e dezanove euros e oitenta e nove cêntimos.**-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.-----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FATURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o **Mapa de Faturas.**----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **60.176,83€, sessenta mil cento e setenta e seis euros e oitenta e três Cêntimos.** -----

----- **Ponto três - quatro: APOIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MORA - MATERIAIS:** Pelo **Senhor Vereador Marco Filipe Barreiros Pires** foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., em como se considera impedido para quaisquer intervenções enquanto Vereador da Câmara, para intervir no presente assunto por ser **Presidente da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora**, pelo que de seguida abandonou a reunião. -----

Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que no âmbito do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora** e de acordo com o previsto no Plano Plurianual de Investimentos 2017-2020, na rubrica 2017-I-36, a Câmara Municipal de Mora propõe atribuir apoio, em termos de materiais, para a requalificação das sedes das associações sem fins lucrativos do Concelho. -----

Desta forma, de acordo com o estipulado na alínea o), n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio em materiais, para a requalificação da sede da **Associação Humanitária dos Bombei-**

ros Voluntários de Mora, no valor de **3.970,65 €, três mil novecentos e setenta euros e sessenta e cinco cêntimos.** (Iva incluído), de acordo com a lista que se anexa à presente proposta. Mais se informa que a referida Associação tem a situação regularizada perante a Autoridade Tributária e perante a Segurança Social.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade de acordo com a presente proposta atribuir um apoio em materiais, para a requalificação da sede da **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora**, no valor de **3.970,65€, três mil novecentos e setenta euros e sessenta e cinco cêntimos,** (Iva incluído), de acordo com a lista que anexa à presente proposta. -----

Acto continuo o **Senhor Vereador** regressou à reunião. -----

----- **Ponto três - cinco: APOIO AO GRUPO MUSICAL PAVIENSE - MATE-**

RIAIS: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que no âmbito do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora** e de acordo com o previsto no Plano Plurianual de Investimentos 2017-2020, na rubrica 2017-I-36, a Câmara Municipal de Mora propõe atribuir apoio, em termos de materiais, para a requalificação das sedes das associações sem fins lucrativos do Concelho. -----

Desta forma, de acordo com o estipulado na alínea o), n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio em materiais, para a requalificação da sede do Grupo Musical Paviense, no valor de **1.803,61 €, mil oitocentos e três euros e sessenta e um cêntimos,** (Iva incluído), de acordo com a lista que se anexa à presente proposta. Mais se informa que a referida Associação tem a situação regularizada perante a Autoridade Tributária e perante a Segurança Social. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade de acordo com a presente proposta atribuir um apoio em materiais, para a requalificação da sede do Grupo Musical Paviense, no valor de **1.803,61 €, mil oitocentos e três euros e sessenta e um cêntimos** (Iva incluído), de acordo com a lista que se anexa à presente proposta. -----

----- **Ponto três - seis: REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2017-2020 (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2017-2020 E PLANO DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES 2017-2020):** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação em reunião ordinária, a proposta da 3ª Revisão ao Plano das Atividades Mais Relevantes 2017-2020 e da 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2017-2020. Mais se propõe que as mesmas seja submetida à Assembleia Municipal para aprovação. A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta da **3ª Revisão ao Plano das Atividades Mais Relevantes 2017-2020 e a 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2017-2020**, anexas à presente ata, e submeter as mesmas à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 33 da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- **Ponto três - sete: REVISÃO AO ORÇAMENTO 2017:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação em reunião ordinária, a proposta da **2ª Revisão ao Orçamento da Receita e a 3ª Revisão ao Orçamento da Despesa do ano de 2017**. Mais se propõe que a mesma seja submetida à **Assembleia Municipal** para aprovação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta **da 2ª Revisão ao Orçamento da Receita e a 3ª Revisão ao Orça-**

mento da Despesa do ano de 2017, anexa à presente ata, e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 33 da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto três - oito: MAPA DE PESSOAL 2018:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação, a proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mora, bem como a caracterização dos postos de trabalho, para o ano de 2018.-----

Mais se propõe o seu envio à **Assembleia Municipal**.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade enviar à **Assembleia Municipal** para aprovação a proposta do **Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mora**, bem como a caracterização dos postos de trabalho, para o ano de 2018.--

----- **Ponto três - nove: GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2018-2021 (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2018-2021 E PLANO DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES 2018-2021):** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para aprovação em reunião ordinária, a proposta das **Grandes Opções do Plano 2018-2021**, que incluem o **Plano Plurianual de Investimentos 2018-2021 e o Plano das Atividades mais Relevantes 2018-2021**. -----

Mais se propõe o seu envio à **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade, manifestar o seu **acordo** com a proposta das **Grandes Opções do Plano 2018-2021**, que incluem o **Plano Plurianual de Investimentos 2018-2021 e o Plano das Atividades mais Relevantes 2018-2021**, e submeter à aprovação da **Assembleia Municipal**, a referida proposta, anexa à presente acta, nos termos da alínea c) do número um do artigo trinta e três da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de 12

de Setembro. -----

Pela Senhora Vereadora **Paula Cristina Calado Chuço** foi feita a seguinte Declaração de Voto: Votei a favor nos dois pontos, uma vez que me foi dada a possibilidade de apresentar algumas propostas que pudessem vir a ser analisadas e contempladas no Orçamento/2018 e Plano de Atividades 2018/2021.-----

Após a apresentação das nossas propostas e depois de conversar com o Srº Presidente, houve entendimento mútuo, e um indício de interesse principalmente na Certificação das Migas. Algumas das nossas propostas encontram-se de certa forma reflectidas no Orçamento 2018 e no Plano de actividades 2018/2021.-----

----- **Ponto três - dez: ORÇAMENTO 2018:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para aprovação em reunião ordinária, junto se envia a proposta de Orçamento para o exercício de 2018.-----

Mais se propõe o seu envio à **Assembleia Municipal**.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta do **Orçamento para o ano de 2018** e submeter à aprovação da **Assembleia Municipal**, a referida proposta, anexa à presente acta, nos termos da alínea c) do número um do artigo trinta e três da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto três - onze: RELATÓRIO SEMESTRAL DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE MORA:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para apreciação em reunião ordinária, junto se envia o Relatório emitido pelo **Revisor Oficial de Contas**, em cumprimento com o estipulado pela alínea d), do n.º 2, do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, referente à **situação económica e financeira do**

Município de Mora, no 1º semestre de 2017. -----

Mais se solicita o envio do mesmo para apreciação da **Assembleia Municipal**--

A **Câmara Municipal** apreciou o Relatório emitido pelo **Revisor Oficial de Contas**, em cumprimento com o estipulado pela alínea d), do n.º 2, do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e deliberou por unanimidade enviar o mesmo à **Assembleia Municipal** para apreciação. -----

Ponto três - doze: COMUNICAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO ABRIGO DO Nº. 4 DO ARTIGO 49º. DO OE 2017 -

NOVEMBRO DE 2017: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que para cumprimento no disposto no n.º 4, do art.º 49º da Lei do Orçamento de Estado, junto se anexa, para conhecimento, a listagem dos contratos de prestações de serviços estabelecidos em novembro de 2017. --

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE: -----

Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: -----

Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE: A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes despachos do **Senhor Presidente:** -----

- **Em que determinou** aprovar a conta final referente ao procedimento tipo por Ajuste Direto para a execução da Empreitada com a referência de "AD 12-2017" e a designação de "Ampliação do Cemitério de Malarranha", nos termos do artigo 399.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pela lei vigente. -----

- **Em que determinou** aprovar a conta final referente ao procedimento tipo por

Ajuste Direto para a execução da Empreitada com a referência de "AD 10-2017" e a designação de "**Pavimentação de Arruamentos em Mora**", nos termos do artigo 399.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pela lei vigente.-----

- **Em que determinou** adjudicar à empresa Sportejo - Actividades Desportivas, Lda., a execução da Empreitada com a designação de "**Construção de Campo de Padel em Mora**", pelo valor de 18.775,00€ (s/IVA), com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou** adjudicar à empresa Datiben - Construções Unipessoal, Lda., a execução da Empreitada com a designação de "Construção do Centro Cultural de Cabeção - Trabalhos Complementares", pelo valor de 26.683,00 (s/IVA), com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

----- **Ponto cinco - dois: TAXAS MUNICIPAIS DE DIREITOS DE PASSAGEM**

E DE OCUPAÇÃO DO SOLO: Presente informação do **Senhor Presidente** informando que foi publicado no passado dia 3 de Março, o Decreto-Lei nº 25/2017, que concretiza o conteúdo da obrigação, instituída pela Lei do Orçamento de Estado para 2017 (Lei Nº 42/2016, de 28 de Dezembro) das empresas titulares de infraestruturas comunicarem aos municípios, até 31 de Março de 2017, o cadastro das suas redes nesses territórios para os efeitos de liquidação da **Taxa Municipal de Direitos de Passagem e da Taxa Municipal de Ocupação de Subsolo.** -----

De acordo com a Lei das Comunicações Electrónicas (Lei Nº 5/2004, de 10 de Fevereiro), a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) é devida em contrapartida dos direitos e encargos relativos à implementação, passagem e atravessamento dos sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal. -----

Ainda de acordo com a referida Lei, a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual, limitado a um máximo de **0,25%**, sobre o total da facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município. -----

Apesar de o facto gerador da TMDP ser ocupação do domínio público ou privado dos municípios com as infra-estruturas destinadas às comunicações electrónicas e, por isso, a mesma ser devida pelas empresas que oferecem redes e serviços daquela natureza, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2017, o seu montante era repercutido na esfera dos consumidores finais, maxime dos residentes dos respectivos municípios.-----

A Lei do Orçamento de Estado para 2017 veio, ainda, romper uma prática instalada em diversos sectores e proibir, a partir de 1 de Janeiro de 2017, a repercussão da TMDP e da TMOS na factura dos consumidores, determinando que o seu pagamento compete em exclusivo às empresas operadoras das infra-estruturas. -----

Neste sentido, propõe o **Senhor Presidente** que a **Taxa Municipal de Direitos de Passagem da Taxa Municipal de Ocupação de Subsolo** seja de **0,25 %** sobre o total da facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes

e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município de Mora. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade conforme proposta do **Senhor Presidente** fixar a **Taxa Municipal de Direitos de Passagem da Taxa Municipal de Ocupação de Subsolo** seja de **0,25 %** sobre o total da facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município de Mora. Mais deliberou por unanimidade submeter à **Assembleia Municipal** para autorização. -----

----- **Ponto cinco - três: PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA:** Presente informação do **Senhor Presidente** propondo a aprovação da celebração de **Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências** entre a **Câmara Municipal** e as **Juntas de Freguesia**, para submeter à **Assembleia Municipal**, para efeitos de autorização, de acordo com a alínea n) do N° 1 do Artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **aprovar** a proposta da **celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências** entre a **Câmara Municipal de Mora** e as **Juntas de Freguesia do Concelho**.---
Mais deliberou por unanimidade submeter à **Assembleia Municipal** para autorização. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO**: E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram doze horas e cinco minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu,

Chefe de Divisão da **Divisão**

Administrativa e Financeira, a lavrei, subscrevo e assino.-----